LIGHT ENERGIA S.A.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 28/04/2016

Prezados Senhores,

A Administração da Light Energia S.A. ("Light" ou "Companhia") submete à apreciação de seus acionistas sua proposta sobre as matérias que serão deliberadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a realizarem-se em 28 de abril de 2015, às 13:30h, na sede da Companhia, na Av. Marechal Floriano, 168, Parte, 2° andar, Corredor B, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, referentes aos seguintes assuntos constantes da ordem do dia, nos termos abaixo propostos ("Proposta"):

Matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária 3

1 - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 3

2 – Deliberar sobre a proposta para a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 e distribuição de dividendos 3

3 - Definir o número de membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração 3

4 – Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração 4

5 - Fixar a remuneração anual global dos administradores 6

Matéria constante da ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária ... 6

1 – Retificar a remuneração global dos Administradores no exercício de 2015 7

ANEXO I - Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia nos Termos do Item 10 do Formulário de Referência 7

ANEXO II - Destinação do Lucro Líquido (conforme Instrução 481 (Anexo 9-1-II)..... 47

ANEXO III – Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração 54

ANEXO IV – Fixar a remuneração anual global dos administradores 65

Todas as informações e os documentos referidos na presente Proposta e previstos nos arts. 9º, 10 e 12, da Instrução CVM nº 481, 17 de dezembro de 2009 ("ICVM 481/2009"), encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e no seu website (ri.light.com.br), no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br), bem como foram contemplados nos Anexos da presente Proposta.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2016.

A Administração

Matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária

1 - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015

Para deliberar sobre este item, são disponibilizados aos acionistas, conforme Instrução CVM nº 481/09: (i) o Relatório da Administração; (ii) Cópia das Demonstrações Financeiras; (iii) Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, na forma do item 10 do Formulário de Referência previsto no Anexo A da Instrução CVM nº 552/14, que alterou o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/2009, conforme **Anexo I** da presente Proposta; e (iv) o Parecer dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu.

2 – Deliberar sobre a proposta para a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 e distribuição de dividendos

Para deliberar sobre este assunto, são disponibilizados aos acionistas: (a) a presente Proposta para a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015; (b) o **Anexo II** a presente Proposta nos termos da Instrução CVM nº 481/09 (Anexo 9-1-II).

3 - Definir o número de membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração

Conforme o Artigo 8º do Estatuto Social, o Conselho de Administração da Companhia deve ser composto de no mínimo 5 (cinco) e no máximo 13 (treze) membros efetivos e suplentes.

Atualmente, o Conselho de Administração da Companhia é composto de 10 (dez) conselheiros efetivos e respectivos suplentes indicados.

A administração da Companhia propõe que o Conselho de Administração continue sendo composto por 10 (dez) membros titulares e mesmo número de suplentes.

4 – Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração

Nos termos da Lei nº 6.404/76, cabe ao acionista controlador da Companhia indicar pelos menos a maioria dos membros titulares e suplentes do órgão.

Em cumprimento à obrigação decorrente do disposto no item 4.4 Edital Nº PND - 01/96-LIGHT, publicado no âmbito do Programa Nacional de Desestatização, a Companhia deve ter 1 (um) conselheiro efetivo e respectivo suplente indicado por seus empregados.

Em cumprimento ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, pelo menos 20% dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração deverão atender aos critérios de independência previstos no referido Regulamento (conselheiros independentes).

Até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da assembleia, acionistas representando 5% (cinco por cento) do capital social poderão requerer, por escrito, a adoção do processo de voto múltiplo, e a Companhia, em conformidade com a legislação aplicável, divulgará um "Aviso aos Acionistas" informando a respeito da realização da eleição dos membros do Conselho de Administração por meio do processo de voto múltiplo, conforme solicitado pelos acionistas da Companhia.

Durante a assembleia, acionistas minoritários presentes que representem no mínimo 10% (dez) por cento do capital social poderão requerer votação em separado para eleição de 1 (um) membro titular e suplente do órgão. O acionista controlador não participará de eventual votação em separado.

Seguem no **Anexo III** as informações relativas aos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme previsto no Art. 10 da Instrução CVM nº 481/09 a respeito dos candidatos indicados pelos acionistas controladores à eleição/reeleição para os cargos de membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração.

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SEP/Nº02/2016 da CVM, destacam-se a seguir alguns cenários, dentre outros, que podem se verificar no processo de eleição de membros do Conselho de Administração durante a assembleia:

De acordo com a Lei nº 6.404/76, a eleição de membros do Conselho de Administração pode ser realizada por votação majoritária, processo de voto múltiplo ou voto separado. Caso não haja pedido de voto múltiplo nem de votação em separado, o Conselho de Administração seria composto de 11 (onze) membros, efetivos e respectivos suplentes, sendo os 10 (dez) membros indicados pelo acionista controlador e 1 (um) membro indicado pelos empregados.

Caso não haja pedido de voto múltiplo, mas haja pedido de votação em separado, o Conselho de Administração será composto de 11 (onze) membros, sendo 1 (um) indicado pela maioria dos acionistas minoritários presentes que participarem da votação em separado, 9 (nove) indicados pelo acionista controlador e 1 (um) indicado pelos empregados.

Caso haja pedido de voto múltiplo, o Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 11 (onze) membros (podendo ser de acordo com o limite estipulado pelo Estatuto Social, de até 13 membros caso venha ser pedida a votação em separado), atribuindo-se a cada ação tantos votos quantos sejam os membros do conselho, sendo reconhecido aos acionistas o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários, cabendo à mesa que dirigir os trabalhos da assembleia informar previamente aos acionistas, à vista do livro de presença, o número de votos necessários para eleição de cada membro do Conselho de Administração.

Assim, embora a Administração proponha a fixação de 11 (onze) membros efetivos para composição do Conselho de Administração, dependendo da presença dos acionistas e do número de candidatos indicados, a Assembleia Geral poderá fixar o número maior de conselheiros de administração efetivos.
Tanto o voto múltiplo quanto o voto em separado podem ocorrer dentro da mesma Assembleia Geral. Assim, o acionista deverá escolher se participa de um ou outro processo, e poderá, inclusive, utilizar parte de suas ações para votar por voto múltiplo e parte para votar em votação em separado. Porém, um acionista não pode utilizar uma determinada ação para votar ao mesmo tempo nos dois processos eletivos.

Na eleição pelo processo de voto múltiplo, acionistas minoritários poderão eleger representantes no órgão se a soma de seus respectivos votos representar o percentual necessário para a eleição de conselheiros. O número de votos necessários variará conforme haja ou não pedido de votação em separado durante a assembleia e será determinado considerando-se os votos do total dos acionistas presentes à assembleia, com a exclusão dos votos dos acionistas minoritários que decidirem participar da votação em separado.
Sempre que, nos termos da Lei nº 6.404/76, cumulativamente, a eleição do Conselho de Administração se der pelo sistema de voto múltiplo e acionistas minoritários requererem votação em separado, será assegurado ao acionista controlador o direito de eleger conselheiros em número igual ao dos eleitos pelos demais acionistas e/ou indicado pelos empregados, mais um, independentemente do número de conselheiros estabelecido no Estatuto Social ou na deliberação sobre o número de membros do órgão.

A Companhia informa que divulgará informações sobre eventuais candidatos apresentados previamente à assembleia por acionistas minoritários, dando a eles a mesma divulgação dada aos candidatos propostos pelo acionista controlador.

5 - Fixar a remuneração anual global dos administradores

Conforme **Anexo IV** à presente Proposta, a remuneração anual global dos Administradores (ano-calendário 2016, referente ao período de janeiro a dezembro) é disponibilizada nos termos do item 13 do Formulário de Referência previsto no Anexo A da Instrução CVM nº 552/14, que alterou o Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/2009.

Matéria constante da ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária

1 – Retificar a remuneração global dos Administradores no exercício de 2015

Em Reunião do Conselho de Administração de 10 de março de 2014, a Administração da Companhia propôs encaminhar para Assembleia Geral Extraordinária a retificação da remuneração global do exercício 2015, passando de R$ 1.321.343,00 (Um milhão, trezentos e vinte um mil, trezentos e quarenta e três reais) para R$ 1.523.592,00 (Um milhão, quinhentos e vinte e três mil, quinhentos e noventa e dois reais). O **Anexo IV** apresenta as justificativas para tal retificação.

ANEXO I - Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia nos Termos do Item 10 do Formulário de Referência

10. Comentários dos diretores:

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

10.1.a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Patrimônio Líquido e Caixa

R$ milhões	2015	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa com liquidez imediata	88,9	100,6	74,9
Títulos e Valores Mobiliários	51,0	12,0	14,8
Patrimônio Líquido	691,0	777,3	706,8
Dívida Líquida	1.125,2	916,6	904,7
Dívida Líq. / Patrimônio Líquido	1,6	1,2	1,3

O patrimônio líquido da Light Energia, em 31 de dezembro de 2015, era de R$ 691,0 milhões, uma redução de 11,1%, ou R$ 86,3 milhões, em relação a 31 de dezembro de 2014. Isso ocorreu em função do menor lucro de R$ 15,3 milhões no período.

Quando comparamos 2014 com 2013, observamos uma evolução no patrimônio líquido de R$ 70,5 milhões, em função do lucro líquido do exercício de 2014 de R$ 267,7 milhões.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia tinha uma posição de caixa de R$ 85,9 milhões e o montante de R$ 51,0 milhões em títulos e valores mobiliários, totalizando R$ 139,6 milhões de disponibilidades.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia tinha uma posição de caixa de R$ 74,6 milhões e R$ 14,8 milhões de títulos e valores mobiliários, totalizando R$ 89,4 de disponibilidades.

Em 2015, a dívida líquida totalizava R$ 1.077 milhões, superior a R$ 904,5 no ano de 2014. A relação dívida líquida/patrimônio líquido em 2015 ficou em 1,6x, ao passo que em 2014 atingiu 1,2x.

O atual capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências e os seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos.

Em 2013, a dívida líquida totalizava R$ 904,6 milhões. A relação dívida líquida/patrimônio líquido em 2013 ficou em 1,3x .

Indicadores de Endividamento e Patrimoniais

Índices de Endividamento	**2015**	**2014**	**2013**
Índice de Endividamento Geral (Passivo Total/Ativo total)	69,92%	64,8%	66,4%
Composição de Endividamento (Passivo Circulante/Passivo Total)	40,91%	14,5%	18,1%
Imobilização do PL (Ativo Permanente/Patrimônio Líquido)	185,77%	247,1%	252,9%
Índices de Liquidez	**2015**	**2014**	**2013**
Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante)	0,59	1,14	1,16
Liquidez Seca (Ativo Circulante - Estoques /Passivo Circulante)	0,13	1,13	1,15

O Índice de Endividamento Geral, que reflete a proporção dos ativos totais da empresa financiados por credores, aumentou 3,5 p.p. entre 2013 e 2015.

A Composição do Endividamento indica se a empresa concentra seu endividamento a curto ou longo prazo. No caso da Light Energia, verifica-se maior concentração em dívidas de curto prazo nos anos de 2012 a 2014.

A Imobilização do Patrimônio Líquido indica o quanto do Ativo Permanente da Empresa está sendo financiado pelo seu Patrimônio Líquido. Quanto mais a empresa investir no Ativo Permanente, menos recursos próprios sobrarão para o Ativo Circulante e, em consequência, maior será a dependência de Capitais de Terceiros para o financiamento do Ativo Circulante. Entre 2015 e 2013, nos

anos de 2013 a 2015, perfil apresentado pela Companhia é compatível com setor capital intensivo.

A Liquidez Corrente e a Liquidez Seca refletem a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo. A Companhia espera melhora na geração operacional de caixa durante o exercício a findar em 31 de dezembro de 2016 em função dos ajustes tarifários obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, conjuntamente com a redução esperada de investimentos em 2016 e com a melhora no cenário hidrológico. Adicionalmente, a Companhia vem negociando a renovação dos empréstimos e financiamentos de curto prazo e alongamento do seu perfil de dívida. A Administração entende que o sucesso nessas etapas reverterá o cenário atual de capital circulante líquido negativo.

10.1.b. Estrutura de capital

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia tem uma estrutura de capital equilibrada, representada, em 31 de dezembro de 2015, por um endividamento bruto de R$ 1.213,9 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2014 era de R$ 1.017,2 milhões e em 31 de dezembro de 2013 era de R$ 979,6 milhões.

A seguir também é apresentada a oscilação dos indicadores Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) e Patrimônio Líquido / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido), onde Dívida Líquida = Empréstimos e Financiamentos + Debêntures - Disponibilidades), apurados da seguinte forma:

Estrutura de Capital	2015	2014	2013
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)	61,95%	54,11%	56,14%
Patrimônio Líquido / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)	38,05%	45,89%	43,86%

Em 31 de dezembro de 2015, a participação da Dívida Líquida na Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido), era de 60,95%, 7.9 p.p. maior que o ano de 2014, ao passo que em 2014, este índice foi 2.0 p.p. inferior a 2013.

Os diretores entendem que a atual estrutura de capital apresenta níveis adequados de alavancagem, respeitando os níveis de retorno e risco alinhados ao crescimento sustentável da Companhia.

Não há possibilidade de resgates de ações de emissão da companhia, nos últimos três exercícios, além das legalmente previstas.

10.1.c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Observando o endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a Companhia acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes, que poderão eventualmente ser adicionados a obtenção de recursos junto a instituições financeiras públicas e privadas, caso necessário, para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual.

Há que se destacar que, nos últimos três exercícios sociais, a Companhia tem sido bem sucedida em acessar o mercado de capitais, seja para financiar seus investimentos ou para refinanciar sua dívida.

10.1.d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

Além da utilização em parte de sua geração própria de caixa, uma das fontes de financiamento para os projetos de investimento da Companhia é o BNDES, que usualmente oferece taxas de juros menores que o mercado privado, além de prazos de pagamento compatíveis com o tempo de retorno do projeto de investimento. Caso o projeto de investimento não seja elegível para financiamento via BNDES, a Companhia normalmente recorre ao mercado de

capitais (debêntures), agências multilaterais de fomento ou demais fontes do mercado bancário.

As principais fontes de financiamento para capital de giro e investimentos realizadas no ano de 2015 i) Rolagem da captação em moeda estrangeira de R$132 milhões junto ao Banco Itaú, com proteção à exposição cambial através de operação de swap para Real.

10.1.e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As necessidades de financiamento do capital de giro e do CAPEX são atendidas, nos últimos três exercícios sociais, através de contratação de financiamento junto a instituições financeiras, principalmente BNDES, e também da utilização da geração de caixa própria. Os Diretores acreditam que caso a nossa capacidade de geração de caixa seja insuficiente para cobrir eventuais deficiências de liquidez, conseguiremos saná-las através de contratação de novas operações de capital de giro de curto prazo com instituições financeiras ou utilização da linha de crédito já contratada. A necessidade de captação de operações mais estruturadas tem o objetivo de alongamento do perfil da dívida para manutenção do nível de alavancagem e equacionamento do fluxo de caixa de médio e longo prazo de forma que atenda as expectativas dos acionistas e credores.

10.1.f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

10.1.f.i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2015, o endividamento total consolidado em aberto da Companhia era de R$ 1.213,7 milhões. Este valor, deduzido o caixa e equivalentes de caixa, Companhia, no montante de R$ 88,6 milhões, atinge a dívida líquida da Companhia é de R$1.125,2 milhões.

Do valor total do endividamento acima, 40,4% tinha vencimento no curto prazo e 59,5% tinha vencimento no longo prazo.

A tabela abaixo descreve a evolução do endividamento total consolidado em aberto da Companhia nos períodos em referência:

Dívidas (R$ MM)	2015	2014	2013
Curto Prazo	548,5	35,5	76,0
Longo Prazo	665,2	981,7	903,6
Dívida Bruta	**1.213,7**	**1.017,2**	**979,6**
(-) Caixa e Eq. Caixa	88,6	100,6	74,9
Dívida Líquida	**1.125,2**	**916,6**	**904,7**

Financiamentos Relevantes

Entre 2013 a 2015, foram contraídas algumas dívidas, entre as principais estão:

Light Energia:

- FINEM TJLP+1,81% ao ano: R$35,5 milhões – vencimento em 15 de março de 2018 dos quais foram desembolsados R$26,5 milhões até dezembro de 2012.
- 3ª emissão de debêntures da Light Energia de 10 de setembro de 2012, no montante total de R$30 milhões. A data de vencimento é 04 de junho de 2026. Sobre o valor do principal incidem juros de CDI + 1,18% ao ano.
- Captação em moeda estrangeira (operação via resolução 4131) em 02 de outubro de 2012 no valor de US$80 milhões (equivalente a R$162,4 milhões) para a Light Energia através do Banco Citibank S.A. com vencimento em 03 de abril de 2018.
- Captação em moeda estrangeira (operação via resolução 4131) em 22 de outubro de 2014 no valor de €50 milhões (equivalente a R$156,9 milhões) para a Light Energia através do Banco BNP Paribas, com vencimento em 24 de outubro de 2016.
- Captação em moeda estrangeira (operação via resolução 4131) em 16 de dezembro de 2014 no valor de US$50 milhões (equivalente a R$132,0 milhões) para a Light Energia através do Banco Itaú Unibanco S.A., com vencimento em 12 de dezembro de 2016.
- Captação em moeda estrangeira (operação via resolução 4131) em 02 de outubro de 2012 no valor de US$80 milhões (equivalente a

R$162,4 milhões) para a Light Energia através do Banco Citibank S.A. com vencimento em 03 de abril de 2018.

10.1.f.ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

Com exceção das relações constantes dos contratos acima descritos, a Companhia, nos últimos três exercícios sociais, não manteve outras relações de longo prazo com instituições financeiras de valores relevantes.

10.1.f.iii. grau de subordinação entre as dívidas.

Exceto por aquelas dívidas garantidas por direito real, que estão configuradas em todos os contratos celebrados com o BNDES, Eletrobrás, Tesouro Nacional, não há qualquer grau de subordinação entre as dívidas da Companhia. Dessa forma, na hipótese de uma eventual instauração de procedimento de recuperação judicial ou extrajudicial, a Companhia adotará os preceitos da Lei nº 11.101/05 para compor a ordem de preferência em concurso universal de credores.

A Companhia esclarece, que não há e não existiu durante os três últimos exercícios sociais, grau de subordinação entre as dívidas da Companhia, exceto por aquelas dívidas garantidas por direito real, que estão configuradas em todos os contratos celebrados com o BNDES, Eletrobrás, Tesouro Nacional e Debêntures. Dessa forma, na hipótese de uma eventual instauração de procedimento de recuperação judicial ou extrajudicial, a Companhia adotará os preceitos da Lei nº 11.101/05 para compor a ordem de preferência em concurso universal de credores.

10.1.f.iv eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

A Companhia possui covenants para o indicador dívida líquida/EBITDA de 4,25x e para o indicador EBITDA/despesa de juros de 2,0x, contudo o descumprimento do covenant só se configura em caso de ultrapassagem dos

limites estabelecidos para os indicadores por 2 trimestres consecutivos ou 4 intercalados.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia se encontrava em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas (“covenants”) previstas nos respectivos contratos.

10.1.g. limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Especificamente para os contratos de abertura de crédito para o financiamento dos programas de investimentos da Light Energia para o biênio 2011-2012, firmados com o BNDES na modalidade FINEM direto, em 31 de dezembro de 2015, não possuíam mais valores a serem liberados.

10.1.h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

	Reclassificado 2014	% da Receita Líquida	2015	% da Receita Líquida	2014 / 2015
RECEITA OPERACIONAL					
Suprimento de energia elétrica	660,720	113.6%	639,857	112.7%	(3.2)%
Outras receitas	11,022	1.9%	9,264	1.6%	(15.9)%
Total	**671,742**	**115.5%**	**649,121**	**114.3%**	**(3.4)%**
Deduções à Receita Operacional					
Quota para reserva global de reversão	(33,459)	(5.8)%	(33,352)	(5.9)%	(0.3)%
PIS/COFINS	(56,737)	(9.8)%	(47,794)	(8.4)%	(15.8)%
Outras	(63)	(0.0)%	(44)	(0.0)%	(30.2)%
Total	**(90,259)**	**(15.5)%**	**(81,190)**	**(14.3)%**	**(10.0)%**
RECEITA LÍQUIDA	**581,483**	**100.0%**	**567,931**	**100.0%**	**(2.3)%**
CUSTO DA OPERAÇÃO	(262,313)	(45.1)%	(234,655)	(41.3)%	(10.5)%
Encargos uso de rede básica	(177,250)	(30.5)%	(146,676)	(25.8)%	(17.2)%
Pessoal	(16,892)	(2.9)%	(16,906)	(3.0)%	0.1%
Material	(488)	(0.1)%	(614)	(0.1)%	25.8%
Serviço de terceiros	(12,156)	(2.1)%	(12,872)	(2.3)%	5.9%
Depreciação e amortização	(54,031)	(9.3)%	(55,265)	(9.7)%	2.3%
Encargos - CFURH	-	0.0%	-	0.0%	#DIV/0!
Outras	(1,496)	(0.3)%	(2,322)	(0.4)%	55.2%
LUCRO BRUTO	319,170	**54.9%**	333,276	**58.7%**	**4.4%**
DESPESAS OPERACIONAIS	(19,639)	(3.4)%	(18,951)	(3.3)%	(3.5)%
Despesas gerais e administrativas	(19,241)	(3.3)%	(19,027)	(3.4)%	(1.1)%
Outras Receitas	280	0.0%	232	0.0%	(17.1)%
Outras Despesas	(678)	(0.1)%	(156)	(0.0)%	(77.0)%
LUCRO OPERACIONAL	299,531	51.5%	314,325	55.3%	4.9%
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	**137,621**	**23.7%**	**(117,848)**	**(20.8)%**	**(185.6)%**
RESULTADO FINANCEIRO	(105,401)	(18.1)%	(112,704)	(19.8)%	6.9%
Receitas	20,819	3.6%	188,983	33.3%	807.7%
Despesas	(126,220)	(21.7)%	(301,687)	(53.1)%	139.0%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	331,751	57.1%	83,773	14.8%	(74.7)%
Imposto de renda e contribuição social Corrente	(67,272)	(11.6)%	(24,137)	(4.2)%	(64.1)%
Imposto de renda e contribuição social Diferido	3,191	0.5%	(44,301)	(7.8)%	(1,488.3)%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	267,670	46.0%	15,335	2.7%	(94.3)%
Lucro básico e diluído por ação	3.45700		0.19807		
QUANTIDADE DE AÇÕES AO FINAL DO EXERCÍCIO	**77,421,581**		**77,421,581**		

Análise da Demonstração do Resultado para o Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2015 comparado ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2014

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi de R$ 567,9 milhões, representando uma redução de 2,3%, comparado à receita líquida operacional de R$ 581,5 milhões registrada em 2014. Esse resultado pode ser explicado pelo menor volume de venda no mercado de curto prazo a um preço de R$ 288,1/MWh em 2015 contra R$ 690,0/MWh em 2014, em função da redução dos valores do PLD.

Custo de Operação

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, os custos de bens e serviços vendidos pela companhia foram de R$ 234,7 milhões, 10,5% menor do que R$ 262,3 milhões verificados em 2014, decorrentes principalmente devido a maiores custos com encargos e uso de rede básica.

Encargos Uso de Rede Básica: O custo com encargos de utilização da rede básica foi de R$ 146,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, resultando em uma redução de 17,2% em relação aos R$ 177,2 milhões registrados em 2014, devido à redução na contratação junto à rede básica e à TUST.

Pessoal: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o custo de pessoal foi de R$ 16,9 milhões, representando uma estabilidade em relação ao ano de 2014, o qual também obteve o custo de R$ 16,9 milhões.

Serviço de Terceiros: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o custo de serviços de terceiros foi de R$ 12,8 milhões, acréscimo de 5.9% em relação aos R$ 12,1 milhões do ano de 2014.

Outras: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, outros custos de operação totalizaram R$ 2,3 milhões, aumento de 55,2% em comparação ao resultado de 2014.

Lucro Operacional Bruto

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o lucro operacional bruto da Companhia foi de R$ 333,3 milhões, apresentando um aumento de 4,4% em relação ao lucro de R$ 319,2 milhões registrado em 2014. Esta variação pode ser justificada por menores custos de operação em 2015 ante 2014.

Despesas Operacionais

Gerais e Administrativas: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, as despesas gerais e administrativas da Companhia foram de R$ 19,0 milhões, representando um decréscimo de 1,1% em comparação com o valor de R$ 19,2 milhões apurado em 2014.

Outras Receitas/Despesas: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o saldo de outras receitas/despesas operacionais da Companhia foi de R$ 0,07 milhões, em comparação ao resultado negativo de R$ 0,4 milhão em 2014.

Resultado Antes de Receita e Despesa Financeira

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o resultado operacional da Companhia foi de R$ 314,3 milhões, em face de R$ 299,5 milhões em 2014, representando um aumento de 4,9%, decorrente de menores custos e despesas no ano de 2015.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi negativo em R$ 112,7, em comparação à R$ 105,4 milhões negativos, registrados em 2014. Este resultado é justificado principalmente pela elevação da taxa básica de juros, cujo impacto foi refletido em: (i) apreciação do dólar diante do real, mitigado pelo resultado positivo do swap, (ii) aumento do CDI e IPCA e (iii) maior volume de dívida.

Receitas: A receita financeira de 2015 foi de R$ 189,0 milhões, com o valor de R$ 168,1 milhões acima dos R$ 20,8 registrados em 2014. A variação na receita é decorrente principalmente da receita de swap líquido.

Despesas: A despesa Financeira somou R$ 301,7 milhões, com aumento de R$ 175,5 em relação ao ano de 2014, em que o resultado foi de R$ 126,2 milhões, justificado principalmente pelo aumento do CDI e IPCA e o maior volume de dívidas.

Resultado de Equivalência Patrimonial

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o resultado de equivalência patrimonial foi negativo em R$ 117,8 milhões, diminuição expressiva em relação ao resultado positivo de R$ 137,6 milhões em 2014. Tal redução pode ser explicado, pelo resultado positivo de equivalência patrimonial proveniente da redução da participação da Companhia no capital total da Renova Energia S.A. em 2014, e pelo resultado negativo de equivalência patrimonial dos resultados auferidos em 2015 da Renova Energia S.A.

Resultado Antes dos Tributos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o resultado antes dos tributos e participação minoritária da Companhia foi de R$ 83,8, em face de R$ 331,8 milhões em 2014, representando uma queda de 74,7%, impactado principalmente por (i) piora no resultado financeiro e (ii) resultados de equivalência patrimonial positivo em 2014 devido á redução da participação no capital total da Renova Energia S.A. e negativo em 2015 devido à resultados de 2015.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia registrou despesas de IRPJ e CSLL no valor de R$ 68,4 milhões, em comparação com uma despesa de R$ 64,1 milhões em 2014.

Lucro do Período

A Light Energia registrou lucro líquido de R$ 15,3 milhões em 2015, redução de 94,3% frente ao lucro registrado em 2014 no montante de R$ 267,7 milhões, impactado principalmente pelo (i) resultado de equivalência patrimonial positivo em 2014, (ii) resultado de equivalência patrimonial negativo em 2015 e (iii) maiores despesas referente ao aumento do IPCA e CDI e o maior volume de dívida.

	2013	% da Receita Líquida	2014	% da Receita Líquida	2013 / 2014
RECEITA OPERACIONAL					
Suprimento de energia elétrica	619.065	110,8%	660.720	109,8%	6,7%
Outras receitas	10.992	2,0%	11.022	1,8%	0,3%
Total	**630.057**	**112,8%**	**671.742**	**111,7%**	**6,6%**
Deduções à Receita Operacional					
Quota para reserva global de reversão	(19.069)	(3,4)%	(13.384)	(2,2)%	(29,8)%
PIS/COFINS	(52.246)	(9,4)%	(56.737)	(9,4)%	8,6%
Outras	(82)	(0,0)%	(63)	(0,0)%	(23,2)%
Total	**(71.397)**	**(12,8)%**	**(70.184)**	**(11,7)%**	**(1,7)%**
RECEITA LÍQUIDA	**558.660**	**100,0%**	**601.558**	**100,0%**	**7,7%**
CUSTO DA OPERAÇÃO	(143.404)	(25,7)%	(280.303)	(46,6)%	95,5%
Encargos uso de rede básica	(34.390)	(6,2)%	(177.250)	(29,5)%	415,4%
Pessoal	(16.081)	(2,9)%	(16.892)	(2,8)%	5,0%
Material	(609)	(0,1)%	(488)	(0,1)%	(19,9)%
Serviço de terceiros	(12.371)	(2,2)%	(12.156)	(2,0)%	(1,7)%
Depreciação e amortização	(55.277)	(9,9)%	(54.031)	(9,0)%	(2,3)%
Encargos - CFURH	(22.778)	(4,1)%	(17.990)	(3,0)%	(21,0)%
Outras	(1.898)	(0,3)%	(1.496)	(0,2)%	(21,2)%
LUCRO BRUTO	415.256	**74,3%**	321.255	**53,4%**	**(22,6)%**
DESPESAS OPERACIONAIS	(20.970)	(3,8)%	(21.724)	(3,6)%	3,6%
Despesas gerais e administrativas	(20.711)	(3,7)%	(21.326)	(3,5)%	3,0%
Outras Receitas	1.750	0,3%	280	0,0%	(84,0)%
Outras Despesas	(2.009)	(0,4)%	(678)	(0,1)%	(66,3)%
LUCRO OPERACIONAL	394.286	70,6%	299.531	49,8%	(24,0)%
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	**(5.584)**	**(1,0)%**	**137.621**	**22,9%**	**(2.564,6)%**
RESULTADO FINANCEIRO	(88.960)	(15,9)%	(105.401)	(17,5)%	18,5%
Receitas	18.798	3,4%	20.819	3,5%	10,8%
Despesas	(107.758)	(19,3)%	(126.220)	(21,0)%	17,1%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	299.742	53,7%	331.751	55,1%	10,7%
Imposto de renda e contribuição social Corrente	(102.906)	(18,4)%	(67.272)	(11,2)%	(34,6)%
Imposto de renda e contribuição social Diferido	2.349	0,4%	3.191	0,5%	35,8%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	199.185	35,7%	267.670	44,5%	34,4%
Lucro básico e diluído por ação	1,72700		3,45700		
QUANTIDADE DE AÇÕES AO FINAL DO EXERCÍCIO	**77.421.581**		**77.421.581**		

Análise da Demonstração do Resultado para o Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2014 comparado ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2013

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 foi de R$ 601,6 milhões, representando um aumento de 7,7%, comparado à receita líquida operacional de R$ 558,7 milhões registrada em 2013. Esse resultado pode ser explicado pela maior disponibilidade de energia vendida no mercado spot no primeiro trimestre de 2014, a um preço médio de R$ 658,3/MWh e pela descontratação completa no mercado regulado, que possui preços menos atrativos, ocorrida em dezembro de 2013.

Custo de Operação

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, os custos de bens e serviços vendidos pela companhia foram de R$ 280,3 milhões, 95,5% acima dos R$ 143,4 milhões verificados em 2013, decorrentes do aumento no volume de energia comprada no mercado de curto prazo, devido aos baixos valores de GSF no ano.

Encargos Uso de Rede Básica: O custo com encargos de utilização da rede básica foi de R$ 177,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, aumento significante em relação aos R$ 34,4 milhões registrados em 2013, devido ao reajuste ocorrido nos custos da rede básica.

Pessoal: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o custo de pessoal foi de R$ 16,9 milhões, representando um aumento de 5,0% comparado ao custo de R$ 16,1 milhões em 2013, reflexo do dissídio coletivo anual de 7%.

Serviço de Terceiros: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o custo de serviços de terceiros foi de R$ 12,2 milhões, superando em 4,5% os R$ 12,4 milhões do ano de 2013.

Outras: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, outros custos de operação totalizaram R$ 1,5 milhão, 21,2% abaixo do resultado de 2013.

Lucro Operacional Bruto

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o lucro operacional bruto da Companhia foi de R$ 321,3 milhões, apresentando uma redução de 22,6% em relação ao lucro de R$ 415,3 milhões registrado em 2013, decorrente do aumento no volume de energia comprada no mercado de curto prazo, devido aos baixos valores de GSF no ano.

Despesas Operacionais

Gerais e Administrativas: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, as despesas gerais e administrativas da Companhia foram de R$ 21,3 milhões, representando um aumento de 3,0% em comparação com o valor de R$ 20,7 milhões apurado em 2013.

Outras Receitas/Despesas: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o saldo de outras receitas/despesas operacionais da Companhia foi negativo de R$ 0,4 milhões, em comparação ao resultado também negativo de R$ 0,3 milhão em 2013.

Resultado Antes de Receita e Despesa Financeira

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o resultado operacional da Companhia foi de R$ 299,5 milhões, em face de R$ 394,3 milhões em 2013, representando uma redução de 24,0%, decorrente do aumento no volume de energia comprada no mercado de curto prazo, devido aos baixos valores de GSF no ano.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 foi negativo em R$ 105,4, em comparação à R$ 89,0 milhões negativos, registrados em 2013, justificado principalmente pela elevação da taxa básica de juros, cujo impacto foi refletido em: (i) aumento na variação monetária e cambial devido à desvalorização do real diante do dólar, mitigado pelo resultado positivo do swap, e (ii) aumento nos encargos de dívida

Receitas: A receita financeira de 2014 foi de R$ 20,8 milhões, ficando 10,8% acima dos R$ 18,8 registrados em 2013.

Despesas: A despesa Financeira somou R$ 126,2 milhões, com aumento de 17,1% em relação ao ano de 2013, que registrou R$ 107,8 milhões, justificado principalmente pela elevação da taxa básica de juros.

Resultado de Equivalência Patrimonial

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o resultado de equivalência patrimonial foi de R$ 137,6 milhões, aumento expressivo face os resultado negativo de R$ 5,6 milhões em 2013. Tal aumento, pode ser explicado pelo ganho de equivalência patrimonial proveniente da redução da participação da Companhia no capital total da Renova Energia S.A. de 21,9% para 15,9%, ocorrida em outubro de 2014.

Resultado Antes dos Tributos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o resultado antes dos tributos e participação minoritária da Companhia foi de R$ 331,8, em face de R$ 299,7 milhões em 2013, representando um aumento de 10,7%, impactado principalmente pelo ganho de equivalência patrimonial advindo da diluição da participação no capital da Renova Energia S.A.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou despesas de IRPJ e CSLL no valor de R$ 64,1 milhões, em comparação com uma despesa de R$ 100,6 milhões em 2013.

Lucro do Período

A Light Energia registrou lucro líquido de R$ 267,7 milhões em 2014, 34,4% acima do lucro registrado em 2013 no montante de R$ 199,2 milhões, impactado principalmente pelo ganho de equivalência patrimonial advindo da diluição da participação no capital da Renova Energia S.A.

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS

	2014	% do Ativo total	2015	% do Ativo total	2014 / 2015
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	100.579	4,6%	88.674	3,8%	(11,8)%
Títulos e valores mobiliários	11.986	0,5%	50.988	2,2%	325,4%
Concessionárias e permissionárias	118.224	5,4%	115.884	5,0%	(2,0)%
Tributos e contribuições	960	0,0%	2.456	0,1%	155,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	0,0%	21.679	0,9%	0,0%
Rendas a receber swap	-	0,0%	110.847	4,8%	0,0%
Estoques	2.514	0,1%	-	0,0%	(100,0)%
Serviços prestados	224	0,0%	2.748	0,1%	100,0%
Despesas pagas antecipadamente	213	0,0%	254	0,0%	19,2%
Outros créditos	2.213	0,1%	406	0,0%	(81,7)%
Total do Circulante	**236.913**	**10,7%**	**393.936**	**17,1%**	**66,3%**
Não Circulante					
Tributos e contribuições	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Tributos diferidos	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Rendas a receber swap	48.313	2,2%	98.565	4,3%	104,0%
Depósitos vinculados a litígios	1.289	0,1%	1.374	0,1%	6,6%
Investimentos	601.473	27,3%	492.297	21,3%	(18,2)%
Imobilizado	1.316.849	59,7%	1.317.658	57,1%	0,1%
Intangível	2.134	0,1%	2.821	0,1%	32,2%
Total do não Circulante	**1.970.058**	**89,3%**	**1.912.715**	**82,9%**	**(2,9)%**
Total do Ativo	**2.206.971**	**100%**	**2.306.651**	**100%**	**4,5%**

	2014	% do Passivo total	2015	% do Passivo total	2014 / 2015
Passivo Circulante					
Fornecedores	48.956	2,2%	96.210	4,2%	96,5%
Tributos e contribuições	4.423	0,2%	1.206	0,1%	(72,7)%
Imposto de Renda e Contribuição Social	29.412	1,3%	79	0,0%	(99,7)%
Empréstimos, financiamentos e encargos financeiros	13.669	0,6%	417.475	18,1%	2.954,2%
Debêntures e encargos financeiros	21.814	1,0%	131.132	5,7%	501,1%
Rendas a pagar - Swap	7.352	0,3%	-	0,0%	100,0%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	66.917	3,0%	3.834	0,2%	(94,3)%
Obrigações estimadas	5.287	0,2%	4.882	0,2%	(7,7)%
Encargos regulatórios	798	0,0%	951	0,0%	19,2%
Benefício pós-emprego	97	0,0%	19	0,0%	(80,4)%
Outros débitos	9.239	0,4%	10.565	0,5%	14,4%
Total do Circulante	**207.964**	**9,0%**	**666.353**	**28,9%**	**220,4%**
Não Circulante					
Empréstimos, financiamentos e encargos financeiros	530.422	24,0%	323.931	14,0%	(38,9)%
Debêntures e encargos financeiros	451.275	20,4%	341.379	14,8%	(24,4)%
Rendas a pagar - Swap	2.280	0,1%	266.969	11,6%	100,0%
Tributos diferidos	222.668	10,1%	-	0,0%	(100,0)%
Provisões	2.224	0,1%	3.963	0,2%	78,2%
Benefício pós-emprego	1.621	0,1%	1.885	0,1%	100,0%
Outros débitos	11.180	0,5%	11.180	0,5%	0,0%
Total do não Circulante	**1.221.670**	**53,0%**	**949.307**	**41,2%**	**(22,3)%**
Patrimônio Líquido					
Capital Social	77.422	3,5%	77.422	3,4%	0,0%
Reservas de lucro	293.574	13,3%	218.064	9,5%	(25,7)%
Dividendos adicionais propostos	-	0,0%	-	0,0%	#DIV/0!
Ajustes de avaliação patrimonial	409.824	18,6%	390.317	16,9%	(4,8)%
Outros resultados abrangentes	(3.483)	(0,2)%	5.188	0,2%	(249,0)%
Lucro (prejuízo) acumulados	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total do Patrimônio Líquido	**777.337**	**33,7%**	**690.991**	**30,0%**	**(11,1)%**
Passivo Total	**2.206.971**	**100%**	**2.306.651**	**100%**	**4,5%**

Análise do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2015 comparado a 31 de dezembro de 2014.

Nas contas do ativo, as principais variações observadas foram:

Caixa e equivalentes de caixa: Em 31 de dezembro de 2015, o montante de caixa e equivalentes de caixa era de R$88,6 milhões, representando uma redução de 11,8% em relação ao valor de R$100,6 milhões apurado em 31 de dezembro de 2014, principalmente em função do gasto do maior desembolso com aquisição de investimentos no ano de 2015.

Títulos e valores mobiliários: Em 31 de dezembro de 2015, o montante de Títulos e valores mobiliários era de R$50,9 milhões, representando um

aumento de 325,4% em relação ao valor de R$11,9 milhões apurado em 31 de dezembro de 2014, principalmente em função da constituição de aplicação do fundo de investimentos Fundo Pampulha no montante de R$49,9 milhões.

Tributos e contribuições: Em 31 de dezembro de 2015, o valor de tributos e contribuições a compensar era de R$2,4 milhões, representando um aumento de 155,8%, quando comparado com os R$960 milhões registrados em 31 de dezembro de 2014. Esta variação pode ser explicada principalmente pelo aumento de PIS e COFINS a compensar e Imposto de renda e Contribuição social.

Rendas a receber Swap: Em 31 de dezembro de 2015, o valor das rendas a receber de swap era de R$98,5 milhões, representando um aumento de 104,0%, quando comparado com os R$48,3 milhões em 31 de dezembro de 2014. Esta variação pode ser explicada, principalmente devido à elevação da taxa de câmbio em dezembro de 2015, além da nova captação em moeda estrangeira no montante de R$46,4 milhões, protegida por operação de swap cambial no mesmo montante.

Investimentos: Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de investimentos era de R$492,2 milhões, representando uma queda de 21,3%, quando comparado com os R$601,4 milhões em 31 de dezembro de 2014. Esta variação pode ser explicada principalmente pela realização da mais valia da concessão na Renova Energia que estava alocada aos parques eólicos vendidos para a TerraForm Global após o reconhecimento da perda no investimento da Renova Energia na TerraForm Global no montante de R$54,7 milhões e a provisão para impairment do investimento em Guanhães realizada em 31 de dezembro de 2015 no montante de R$57,5 milhões.

Nas contas do passivo, as principais variações observadas foram:

Fornecedores: Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de fornecedores era de R$96,2 milhões, significando um aumento de 96,5% em comparação ao valor de R$49,0 milhões registrados em 31 de dezembro de 2014. Essa variação pode ser explicada principalmente pelo aumento das despesas na comercialização no curto prazo.

Imposto de Renda e Contribuição Social: Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de imposto de renda e contribuição social era de R$79 mil, significando uma redução de 99,7% em comparação ao valor de R$29,4 milhões registrados em 31 de dezembro de 2014. Essa variação pode ser explicada principalmente pela diminuição na base de cálculo de imposto de renda e contribuição social, proporcionando uma provisão menor.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2015, o saldo total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo encargos financeiros) eram de R$1.213,9 bilhões, significando um aumento de 19,3% em comparação ao valor de R$1.017,1 bilhões registrados em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento se deve principalmente pela variação cambial devido à alta cotação do dólar e euro.

Tributos diferidos: Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de tributos diferidos era de R$266,9 milhões, significando um aumento de 19,9% em comparação ao valor de R$222,7 milhões registrados em 31 de dezembro de 2014. Essa variação pode ser explicada pelo aumento de imposto de renda e contribuição social diferido.

	2013	% do Ativo total	2014	% do Ativo total	2013 / 2014
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	74.914	3,6%	100.579	4,6%	34,3%
Títulos e valores mobiliários	14.765	0,7%	11.986	0,5%	(18,8)%
Concessionárias e permissionárias	195.275	9,3%	118.224	5,4%	(39,5)%
Tributos e contribuições	1.414	0,1%	960	0,0%	(32,1)%
Estoques	2.589	0,1%	2.514	0,1%	(2,9)%
Serviços prestados	-	0,0%	224	0,0%	100,0%
Despesas pagas antecipadamente	216	0,0%	213	0,0%	(1,4)%
Outros créditos	3.262	0,2%	2.213	0,1%	(32,2)%
Total do Circulante	**292.435**	**13,9%**	**236.913**	**10,7%**	**(19,0)%**
Não Circulante					
Rendas a receber swap	21.813	1,0%	48.313	2,2%	121,5%
Depósitos vinculados a litígios	1.208	0,1%	1.289	0,1%	6,7%
Investimentos	463.839	22,1%	601.473	27,3%	29,7%
Imobilizado	1.321.975	62,9%	1.316.849	59,7%	(0,4)%
Intangível	1.273	0,1%	2.134	0,1%	67,6%
Total do não Circulante	**1.810.108**	**86,1%**	**1.970.058**	**89,3%**	**8,8%**
Total do Ativo	**2.102.543**	**100%**	**2.206.971**	**100%**	**5,0%**

	2013	% do Passivo total	2014	% do Passivo total	2013 / 2014
Passivo Circulante					
Fornecedores	14.083	0,7%	48.956	2,2%	247,6%
Tributos e contribuições	4.092	0,2%	4.423	0,2%	8,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social	82.987	3,9%	29.412	1,3%	(64,6)%
Empréstimos, financiamentos e encargos financeiros	55.630	2,6%	13.669	0,6%	(75,4)%
Debêntures e encargos financeiros	20.352	1,0%	21.814	1,0%	7,2%
Rendas a pagar - Swap	-	0,0%	7.352	0,3%	100,0%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	34.652	1,6%	66.917	3,0%	93,1%
Obrigações estimadas	4.768	0,2%	5.287	0,2%	10,9%
Encargos regulatórios	1.428	0,1%	798	0,0%	(44,1)%
Benefício pós-emprego	14.813	0,7%	97	0,0%	(99,3)%
Outros débitos	19.972	0,9%	9.239	0,4%	(53,7)%
Total do Circulante	**252.777**	**11,5%**	**207.964**	**9,4%**	**(17,7)%**
Não Circulante					
Empréstimos, financiamentos e encargos financeiros	278.702	13,3%	530.422	24,0%	90,3%
Debêntures e encargos financeiros	624.919	29,7%	451.275	20,4%	(27,8)%
Rendas a pagar - Swap	-	0,0%	2.280	0,1%	100,0%
Tributos diferidos	226.410	10,8%	222.668	10,1%	(1,7)%
Provisões	1.801	0,1%	2.224	0,1%	23,5%
Benefício pós-emprego	-	0,0%	1.621	0,1%	100,0%
Outros débitos	11.180	0,5%	11.180	0,5%	0,0%
Total do não Circulante	**1.143.012**	**51,8%**	**1.221.670**	**55,4%**	**6,9%**
Patrimônio Líquido					
Capital Social	77.422	3,7%	77.422	3,5%	0,0%
Reservas de lucro	73.147	3,5%	293.574	13,3%	301,3%
Dividendos adicionais propostos	129.100	6,1%	-	0,0%	(100,0)%
Ajustes de avaliação patrimonial	429.498	20,4%	409.824	18,6%	(4,6)%
Outros resultados abrangentes	(2.413)	(0,1)%	(3.483)	(0,2)%	44,3%
Lucro (prejuízo) acumulados	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total do Patrimônio Líquido	**706.754**	**32,0%**	**777.337**	**35,2%**	**10,0%**
Passivo Total	**2.102.543**	**100%**	**2.206.971**	**100%**	**5,0%**

Análise do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2014 comparado a 31 de dezembro de 2013.

Nas contas do ativo, as principais variações observadas foram:

Caixa e equivalentes de caixa: Em 31 de dezembro de 2014, o montante de caixa e equivalentes de caixa era de R$100,6 milhões, representando um aumento de 34,3% em relação ao valor de R$74,9 milhões apurado em 31 de dezembro de 2013, principalmente em função do gasto do maior desembolso com aquisição de investimentos no ano de 2013.

Concessionárias e permissionárias: Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de Concessionárias e permissionárias era de R$118,2 milhões, representando

uma redução de 39,5%, quando comparado ao saldo de R$195,3 milhões verificado em 31 de dezembro de 2013. Esta variação pode ser explicada principalmente pela quitação de parcelas a receber de partes relacionadas.

Tributos e contribuições: Em 31 de dezembro de 2014, o valor de tributos e contribuições a compensar era de R$960, representando um aumento de 32,1%, quando comparado com os R$1,4 milhões registrados em 31 de dezembro de 2013. Esta variação pode ser explicada principalmente pelo aumento de PIS e COFINS a compensar.

Rendas a receber Swap: Em 31 de dezembro de 2014, o valor das rendas a receber de swap era de R$48,3 milhões, representando um aumento de 121,5%, quando comparado com os R$21,8 milhões em 31 de dezembro de 2013. Esta variação pode ser explicada, principalmente devido à elevação da taxa de câmbio em dezembro de 2014, além da nova captação em moeda estrangeira no montante de R$288,9 milhões, protegida por operação de swap cambial no mesmo montante.

Outros créditos: Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de outros créditos era de R$2,2 milhões, não demonstrando variação significativa, quando comparado com os R$3,3 milhões em 31 de dezembro de 2013.

Imobilizado: Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de Imobilizado era de R$1.316,8 milhões, não demonstrando variação significativa com os R$1.322,0 milhões, registrado em 31 de dezembro de 2013.

Intangível: Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de intangível era de R$2,1 milhões, representando um aumento de 67,6%, quando comparado com os R$1,3 milhões registrados em 31 de dezembro de 2013. Esta variação pode ser explicada principalmente pela provisão para perdas no ágio das eólicas São Judas e Fontainhas registradas em 2013.

Nas contas do passivo, as principais variações observadas foram:

Fornecedores: Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de fornecedores era de R$49,0 milhões, significando um aumento de 247,6% em comparação ao valor de R$14,1 milhões registrados em 31 de dezembro de 2013. Esse aumento se deve principalmente a um maior volume de energia comprada, nos meses de novembro e dezembro de 2014.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2014, o saldo total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo encargos financeiros) eram de R$1.017,1 milhões, não demonstrando variação significativa em comparação ao valor de R$979,6 milhões registrados em 31 de dezembro de 2013.

Rendas a pagar Swap (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de rendas a pagar swap era de R$9,7 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2013 não existia saldo nessa rubrica. Essa variação ocorreu, principalmente em função de um maior volume de captações em moeda estrangeira.

Tributos diferidos: Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de tributos diferidos era de R$222,7 milhões, não demonstrando variação significativa com os R$226,4 milhões registrados em 31 de dezembro de 2013.

Benefícios pós-emprego (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2014, o valor devido a esse título era de R$1,7 milhões, uma redução de 88,4% frente aos R$14,8 milhões em 31 de dezembro de 2013. Essa redução ocorreu, principalmente, pela quitação dos Instrumentos Particulares de Distrato dos Contratos para Equacionamento de Déficit Técnico, Refinanciamento das Reservas a Amortizar com a Braslight, pelo valor total de R$14.941, incluindo a atualização pelo CDI.

Outros débitos (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2014, o valor de outros débitos registrava R$20,4 milhões, uma redução de 34,5%

frente aos R$31,2 milhões registrados em 31 de dezembro de 2013. Essa redução ocorreu, principalmente, pelo pagamento de obrigação adquirida junto a Partes relacionadas.

Análise do Fluxo de Caixa 2015 comparado com 2014

Em 31 de dezembro de 2015, o caixa e equivalentes de caixa da Companhia somaram R$100,5 milhões, frente aos R$74,9 milhões verificados em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento é explicado pela geração de caixa proveniente das atividades operacionais.

	Em 31 de dezembro de	
	2015	**2014**
Caixa no Início do Período (1)	100,6	74,9
Caixa Gerado pelas Operações (2)	282,3	219,9
Atividade de Financiamento (3)	(192,3)	(159,5)
Atividade de Investimento (4)	(101,9)	(34,7)
Caixa no Final do Período (1+2+3+4)	88,7	100,6
Variação no caixa	**(11,9)**	**25,7**

O quadro a seguir mostra os componentes dos nossos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais

O caixa gerado nas atividades operacionais apresentou um aumento de 28,5%, variando de R$282,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$219,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Esta variação pode ser explicada principalmente pela realização da mais valia da concessão na Renova Energia que estava alocada aos parques eólicos vendidos para a TerraForm Global após o reconhecimento da perda no investimento da Renova Energia na TerraForm Global no e a

provisão para impairment do investimento em Guanhães realizada em 31 de dezembro de 2015.

Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento

O fluxo de caixa usado em atividades de investimento apresentou aumento de 193,7%, variando de R$101,9 milhões aplicados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para o montante de R$34,7 milhões empregados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Essa variação pode ser explicada principalmente em função do aumento em aplicações financeiras.

Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamentos

O fluxo de caixa despendido em atividades de financiamento apresentou aumento de 20,6% variando de R$192,3 milhões aplicados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R$159,5 milhões empregados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Essa variação ocorreu principalmente pela redução de amortização de empréstimos e financiamentos.

Análise do Fluxo de Caixa 2014 comparado com 2013

A Companhia apresenta geração de caixa substancial em decorrência de suas operações no segmento de distribuição, embora o fluxo de caixa possa variar de período a período conforme os reajustes tarifários vis-à-vis as variações de custos.

Em 31 de dezembro de 2014, o caixa e equivalentes de caixa da Companhia somaram R$100,6 milhões, frente aos R$74,9 milhões verificados em 31 de dezembro de 2013. Essa variação pode ser explicada principalmente pela redução de desembolso na atividade de investimento quando comparado com 2013.

O quadro a seguir mostra os componentes dos nossos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	Em 31 de dezembro de	
	2014	**2013**
Caixa no Início do Período (1)	74,9	55,5
Caixa Gerado pelas Operações (2)	219,9	171,1
Atividade de Financiamento (3)	(159,5)	(55,2)
Atividade de Investimento (4)	(34,7)	(96,5)
Caixa no Final do Período (1+2+3+4)	100,6	74,9
Variação no caixa	**25,7**	**19,4**

Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais

O caixa gerado nas atividades operacionais apresentou um aumento de 28,5%, variando de R$219,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R$171,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. Essa variação pode ser explicada principalmente pelo aumento do saldo de Concessionárias e permissionárias.

Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento

O fluxo de caixa usado em atividades de investimento apresentou redução de 64,0%, variando de R$96,5 milhões aplicados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para o montante de R$34,7 milhões empregados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Essa variação pode ser explicada principalmente em função do desembolso utilizado para aquisição de investimentos no ano de 2013.

Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamentos

O fluxo de caixa despendido em atividades de financiamento apresentou aumento de 188,9% variando de R$159,5 milhões aplicados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R$55,2 milhões empregados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. Essa variação ocorreu principalmente pelo pagamento de dividendos e amortização de empréstimos e financiamentos superarem as captações de empréstimos e debêntures.

10.2. Os diretores devem comentar:

10.2.a. resultados das operações do emissor, em especial:

10.2.a.i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita;

O cenário setorial, assim como em 2014, se manteve desafiador em 2015 para as empresas do Setor Elétrico Brasileiro por conta da falta de chuvas no período úmido.

Os níveis dos reservatórios comprometidos, principalmente nas regiões do Sudeste e Centro-Oeste, impactaram em um preço da energia alto, causado pela necessidade da geração das usinas termoelétricas, que se mantiveram despachadas ao longo do ano.

No ano de 2015, a Companhia obteve uma receita líquida de R$ 567,9 milhões, apresentando um decréscimo de 2,7% em relação a 2014. Esse resultado pode ser explicado pelo menor volume de venda no mercado de curto prazo a um preço de R$ 288,1/MWh em 2015 contra R$ 690,0/MWh em 2014, em função dos valores do PLD.

Em 2014, a receita líquida foi de R$ 601,6 milhões, 7,7% acima de 2013, devido maior disponibilidade de energia vendida no mercado spot no primeiro trimestre de 2014, a um preço médio de R$ 658,3/MWh.

Em 2013, a receita líquida foi de R$ 558,7 milhões, em função maior preço e volume dos contratos de energia negociados no ACL, além do maior preço médio verificado no mercado spot.

A Companhia gera suas receitas a partir da venda da energia gerada pelas suas usinas nos ambientes de contratação regulada (ACR) e livre (ACL), além da liquidação de parcela de energia no mercado de curto prazo.

No quadro abaixo segue a receita líquida, desconsiderando as eliminações, dos últimos 3 anos:

Receita Líquida (R$ MM)	**2015**	**2014**	**2013**
Venda de energia (ACR+ACL)	508,9	502,1	504,9
Curto prazo	50,9	89,5	43,7
Diversos	8,2	9,9	10,0
Total	**567,9**	**601,6**	**558,7**

O EBITDA[1] em 2015 da Light Energia foi de R$ 369,6 milhões, 4,4% superior ao montante apurado em 2014, explicado pela queda no custo com compra de energia.

O lucro líquido no ano foi de R$ 15,3 milhões, decréscimo de 94,3% em relação a 2014, devido ao ganho da equivalência patrimonial no ano de 2014, com a diluição da participação da Light Energia na Renova Energia.

10.2.a.ii fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Fornecimento de energia elétrica

A tabela abaixo descreve o fornecimento de energia pela Companhia, em cada ambiente de contratação, regulado (ACR), livre (ACL) e spot, mostrando a evolução do consumo desde 2013 e suas participações no faturamento total:

31 de dezembro de 2015								
Venda (GWh)	**2015**	**%**	**2014**	**%**	**2013**	**%**	**2015/2014 (%)**	**2014/2013 (%)**
ACR	-		-		1.044.286	21,39%	-	-
ACL	4.291.042	104,43%	4.556.470	100,53%	3.627.492	74,31%	-5,8%	25,6%
SPOT	-181.981	-4,43%	-24.098	-0,53%	210.049	4,30%	655,2%	-111,5%
	4.109.061	**100,00%**	**4.532.372**	**100,53%**	**4.881.827**	**100,00%**	**-7,4**	**-9,1**

No acumulado de 2015, a energia negociada no ambiente de contratação livre (ACL) foi 5,8% menor do que no mesmo período de 2014. No mercado spot, é possível verificar uma redução mais acentuada em relação ao ano anterior.

Em 2015, foi vendido um total de 4.109,1 GWh, volume 7,4% menor em comparação ao ano de 2014, decorrente, principalmente, da piora na condição hidrológica do sistema nacional.

Em 2014, foi vendido um total de 4.532,3 GWh, volume 9,1% menor em comparação ao ano de 2014, impulsionado pela queda no mercado spot.

[1] O EBITDA Ajustado, adotado pela Companhia representa: receita operacional líquida menos custos e despesas operacionais, desconsiderando o resultado não operacional. A Companhia adotou o EBITDA Ajustado para realizar as análises descritas ao decorrer deste documento.

Não houve venda de energia no ambiente de contratação regulada (ACR) devido ao vencimento, em dezembro de 2013 dos últimos contratos existentes nesse ambiente, que passaram a ser comercializados no ambiente de contratação Livre (ACL), justificando o aumento da energia vendida no ACL.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

10.3.a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não há no presente momento, expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional.

10.3.b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

- Em 12 de maio de 2011, a Parati S.A. – Participações em Ativos de Energia Elétrica ("Parati"), sociedade anônima detida pela Companhia Energética de Minas Gerais ("CEMIG") e pelo Redentor Fundo de Investimento em Participações ("FIP Redentor"), adquiriu, do FIP PCP, 58.671.565 ações ordinárias, representativas de 54,08% do capital social total da Redentor, acionista indireta da Companhia, através de sua controlada RME - Rio Minas Energia Participações S.A., que detém 13,03% do capital da Companhia. Dessa forma, a Parati atingiu uma participação indireta de 7,05% do capital votante da Light, tendo o FIP Redentor atingido uma participação indireta de 5,29%.
- Em 07 de julho de 2011, a Parati, adquiriu da ENLIGHTED PARTNERS VENTURE CAPITAL LLC ("ENLIGHTED") 100% das participações na Luce LLC ("Luce"), proprietária de 75% das quotas do FIP LUCE, o qual, por sua vez, é detentor indireto, através da LEPSA, de 26.576.149 (vinte e seis milhões, quinhentas e setenta e seis mil e cento e quarenta e nove) ações ordinárias de emissão da Companhia, representando, aproximadamente, 13,03% do seu capital total e votante. Com esta aquisição, a Parati, que já detinha, indiretamente, 7,05% do capital total e votante da Companhia, passou a deter, indiretamente, o equivalente a 16,82% do capital total e votante da Companhia.

- Em 29 de julho de 2011, a Parati adquiriu, da Braslight a totalidade de suas quotas, representativas de 25% remanescentes do total de quotas do FIP Luce.
- Desta forma a Parati passa a ser proprietária de 100% das quotas do Fip Luce. Com esta aquisição, a Parati, que já detinha, indiretamente, 16,82% do capital total e votante da Companhia, passou a deter, indiretamente, o equivalente a 20,08% do capital total e votante da Companhia.
- Em 03 de outubro de 2011, a Parati passou a deter 96,8% do capital total da Redentor, que por sua vez é detentora indireta, através da RME, de 26.576.150 ações ordinárias de emissão da Companhia, representando, aproximadamente, 13,03% do capital. Portanto, a Parati, considerando também suas outras participações indiretas, passa a deter 25,64% de participação indireta na Companhia.
- Em 18 de maio de 2012, a Companhia foi notificada pela Parati, acerca da extinção da sua controlada Luce. A Luce detinha 75% (setenta e cinco por cento) das quotas da FIP Luce, que por sua vez era detentor indireto, através da LEPSA de aproximadamente 13,03% (treze inteiros e três décimos por cento) do capital social total da Companhia. Desta forma, a Parati, que já detinha 25% (vinte e cinco por cento) das quotas do FIP Luce, passou a deter diretamente 100% (cem por cento) das quotas do FIP Luce e indiretamente 100% (cem por cento) das ações da LEPSA.
- Em 12 de julho de 2012, em Assembleia Geral de Cotistas, foi aprovada a liquidação do FIP Luce, a qual foi efetivada mediante a transferência da totalidade dos ativos que compunham a carteira do Fundo para seu cotista único: Parati. Dessa forma, a Parati passou a deter diretamente 100% (cem por cento) das ações da LEPSA e a participação no capital da Companhia permanece inalterada.
- Conforme divulgado em Fato Relevante da Companhia datado de 08 de agosto de 2013, a Light Energia S.A. (“Light Energia”), subsidiária integral da Companhia, aprovou naquela data a celebração de Acordo de Investimento com a RR Participações S.A. (“RR”), Cemig Geração e Transmissão S.A., (“Cemig GT”), Renova Energia S.A. (“Renova”) e Chipley SP Participações S.A. (“Chipley”), que tem por objeto disciplinar a entrada da Cemig GT no bloco de controle da Renova, bem como a aquisição pela Chipley

de parte ou totalidade das ações de emissão da Brasil PCH S.A. (“Brasil PCH”), nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações da Brasil PCH, celebrado entre Cemig GT e a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (“Petrobras”), em 14 de junho de 2013 e cedido pela Cemig GT à Chipley (“Acordo de Investimentos”). O fechamento de tal operação ocorreu em outubro de 2014, quando a participação da Light Energia no capital total da Renova Energia S.A. foi diluída de 21,9% para 15,9%, representando ganho de equivalência patrimonial para a Light Energia de R$ 143 milhões.

- Em 24 de julho de 2014, a Companhia alienou a totalidade de sua participação no capital social de CR Zongshen E-Power Fabricadora de Veículos S.A. (“E-Power”), representativa de 20% do capital total da E-Power, para CR Zongshen Fabricadora de Veículos S.A. (“CR Zongshen”), pelo valor de R$1.096.589,12 (um milhão, noventa e seis mil, quinhentos e oitenta e nove reais e doze centavos), que deverá ser atualizado pelo IGP-M, acrescido de juros de 8% (oito por cento) ao ano até a data do efetivo pagamento, de forma que foi extinto o Acordo de Acionistas da E-Power celebrado entre a Companhia e a CR Zongshen, sem quaisquer obrigações remanescentes para as partes signatárias.

- Em 07 de maio de 2015 a Renova Energia anunciou Acordo de Contribuição de Valores Mobiliários, entre a Renova, a SE Emerging Markets Yield, Inc. ("TerraForm Global") e a SunEdison Inc. ("SunEdison") por meio do qual a Renova a se comprometia a contribuir determinados ativos operacionais na TerraForm Global. Em 15 de julho de 2015 foi anunciada a Fase II da operação, que compreendia outros ativos. Em 19 de setembro de 2105 ocorreu o fechamento de parte da primeira fase da operação com a TerraForm Global com relação os ativos operacionais eólicos dos projetos Bahia e Salvador, ficando pendente a contribuição dos projetos da Espra. Em 01 de dezembro de 2015, a Companhia foi notificada sobre o cancelamento da Fase II do seu Acordo com a TerraForm Global / SunEdison.

- Em 15 de julho de 2015, foi celebrado CCVA da Light Energia com a SunEdison, o qual estabelecia os termos e condições para alienação das 50.561.797 ações ordinárias, correspondentes a 15,87% do capital social total da Renova Energia. Nessa mesma data foi contratada uma instituição financeira para monetizar as ações. Em 10 de setembro de 2015, foi celebrado

entre Light Energia e o BNDESPAR, contrato particular de opção de venda de ações da Renova Energia S.A. No dia 01 de dezembro, a Light Energia recebeu uma notificação, por parte da SunEdison, informando da rescisão do CCVA devido ao não cumprimento de uma das condições precedentes e a condições adversas do mercado. Foi automaticamente extinto, o Contrato Particular de Opção de Venda de Ações de Emissão da Renova Energia, entre a BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e a Light Energia.

A Diretoria entende que as recentes transações estão alinhadas a estratégia.

10.3.c. eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais.

10.4. Os diretores devem comentar

10.4.a Mudanças significativas nas práticas contábeis

A partir de 1º janeiro de 2013, a Companhia deixou de consolidar proporcionalmente as suas controladas diretas em conjunto Renova Energia, Guanhães Energia. Essa alteração ocorreu através do CPC 19 (R2) – Acordos de Participação, que estabelece que os empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) serão contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e não mais pelo método de consolidação proporcional.

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis no exercício de 2014.

Em 2015, com a entrada em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2015, do novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – “MCSE”, emitido pela Aneel, a Administração optou por alinhar a apresentação da demonstração do resultado com esta orientação por entender que essa retrata mais adequadamente as operações da Companhia, embora não fosse requerida para fins societários. Desta forma, com o intuito de alinhar o critério de apresentação com as melhores práticas das empresas do setor elétrico

conforme orientação ANEEL a Companhia passou a apresentar o encargo setorial CFURH - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos como encargo do consumidor, apresentado na receita líquida, ao invés de apresentá-lo como outros no custo operacional.

10.4.b Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Em 2013, as alterações provenientes da adoção do CPC 19 (R2) não geraram impacto no lucro líquido da Companhia, entretanto, impactaram as rubricas individuais da demonstração do resultado consolidado em contrapartida à rubrica de equivalência patrimonial, bem como redução nas rubricas de ativos e passivos consolidados em contrapartida a um aumento na rubrica de investimentos, assim como reclassificações em determinadas linhas das demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado.

A adoção do CPC 33 (R1) gerou um aumento na conta de lucros acumulados de R$5.338 e uma redução no mesmo valor em outros resultados abrangentes, em 31 de dezembro de 2012, não alterando o total do patrimônio líquido nesta data, nem em 1º de janeiro de 2012.

Com a entrada em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2015, do novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – “MCSE”, emitido pela Aneel, a Administração optou por alinhar a apresentação da demonstração do resultado com esta orientação por entender que essa retrata mais adequadamente as operações da Companhia. A reclassificação efetuada com o intuito de alinhar o critério de apresentação com as melhores práticas das empresas do setor elétrico conforme orientação Aneel geraram reduções de R$20.075 e R$2.085 na receita líquida e nas despesas operacionais, respectivamente.

10.4.c Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

2015:

Ressalvas: Não há

Ênfases: Em função da decisão da Administração de alinhar a apresentação da demonstração do resultado com o novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – "MCSE", emitido pela Aneel, alguns saldos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram ajustados e reapresentados, para fins de comparação na demonstração de resultado. A Administração entende que a ênfase é adequada em função da alteração da demonstração do resultado comparativa para refletir melhor a natureza da operação.

2014:

Ressalvas: Não há

Ênfases: Não há.

2013:

Ressalvas: Não há

Ênfases:

Em função das mudanças nas políticas contábeis, os saldos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram ajustados e reapresentados, para fins de comparação.

Adicionalmente, foi mantida a ênfase de que os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, enquanto, em IFRS, seriam avaliados pelo custo ou valor justo.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

10.6.a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

10.6.a.i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

10.6.a.ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

10.6.a.iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

10.6.a.iv. contratos de construção não terminada

10.6.a.v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos no Formulário de Referência ou nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

10.6.b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

10.7.a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.7.b. natureza e o propósito da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas

demonstrações financeiras

10.7.c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

10.8.a. investimentos, incluindo:

10.8.a.i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os principais investimentos da Companhia nos últimos anos têm sido destinados à manutenção das usinas geradoras da companhia e aos novos projetos de geração.

A tabela a seguir apresenta os investimentos da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2015:

Período	Exercício Social encerrado em dezembro em 2015	Exercício Social encerrado em dezembro em 2014	Exercício Social encerrado em dezembro em 2013
Investimento (R$MM)	56,3	37,50	31,3
Aportes	51	52,8	92,3
Total	107,3	90,30	123,6

No ano de 2015, foram aplicados R$ 56,3 milhões em projetos de investimentos, sendo os principais motivos (i) R$ 30,5 milhões referentes à modernização e manutenção do parque gerador existente; (ii) R$ 21,0 milhões referentes a PCH Lajes; (iii) R$ 1,8 milhões em melhoria da qualidade

A Companhia planeja investir aproximadamente R$ 68,4 milhões no segmento de geração em 2016. Desses investimentos orçados para este período, os

principais ocorrerão na PCH Lajes (R$ 39,8 milhões), engenharia (R$ 22,8 milhões) e em melhoria da qualidade (R$ 2,2 milhões).

10.8.a.ii.fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia financia seus projetos de investimento com sua geração própria de caixa e através de linhas de financiamento do BNDES (quando elegível) e/ou demais instrumentos de captação dos mercados de capitais.

10.8.a.iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Tendo em vista a rescisão do CCVA (Contrato de Compra e Venda das Ações da Light Energia com a SunEdison, o qual estabelecia os termos e condições para alienação das 50.561.797 ações ordinárias detidas pela Light Energia na Renova Energia), a Companhia, coerente com sua estratégia traçada, continuará avaliando a alienação da sua participação de 15,87% no capital da Renova e manterá o mercado informado quanto aos fatos a ele relacionados.

10.8.b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

A Companhia tem como um dos pilares do seu Planejamento Estratégico o aumento da participação do segmento de geração de energia nos seus resultados. De modo a cumprir tal objetivo, a Companhia anunciou diversos projetos de geração assegurando o crescimento de sua capacidade instalada. A capacidade instalada atual alcança 937 MW. Considerando os projetos já em desenvolvimento, a capacidade instalada de geração crescerá 54,5% nos próximos anos, passando dos atuais 937 MW para 1.598,0 MW.

10.8.c. Novos produtos e serviços, indicando:

10.8.c.i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

O programa de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) é elaborado de acordo com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, que define a obrigatoriedade das concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e das geradoras de energia elétrica em investir 0,4% e 0,2%, respectivamente, da

sua Receita Operacional Líquida em projetos de P&D, a Resolução Aneel nº 271 de 19 de julho de 2000, e conforme manual aprovado pela Resolução Aneel nº 504 de 14 de Agosto de 2012.

10.8.c.ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Durante o ano de 2015, o programa de P&D teve um gasto total de cerca de R$700 mil pela Light Energia. Esses gastos incluem projetos de pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços e gastos com a gestão do programa de P&D.

10.8.c.iii projetos em desenvolvimento já divulgados

Em continuidade aos projetos de pesquisa, e observando a mesma diretriz a eles aplicada, durante o ano de 2015 houve o desenvolvimento de um Projeto novo (Desenvolvimento e implantação de um sistema de manejo de macrófitas aquáticas com elevada sustentabilidade ambiental, social e econômica), estiveram em execução 9 (nove) projetos de P&D, sendo que 4 (quatro) foram concluídos em 2015.

10.8.c.iv montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os projetos de P&D de 2015 da Light Energia estavam em andamento dando sequência a etapas da cadeia de Inovação. Da carteira de Projetos em andamento tiveram do total do investimento, cerca de 93% de gastos em Projetos na fase de Pesquisa Aplicada e 7% de gastos na fase Desenvolvimento Experimental.

.

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

ANEXO II - Destinação do Lucro Líquido (conforme Instrução 481 (Anexo 9-1-II)

1. **Informar o lucro líquido do exercício**

O Lucro líquido do exercício de 2015 foi de **R$ 15.334.627,72** (quinze milhões trezentos e trinta e quatro mil, seiscentos e vinte e sete, e setenta e dois centavos).

2. **Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados**

A proposta da administração é de distribuir **R$ 3.833.547,41** (três milhões, oitocentos e trinta e três mil, quinhentos e quarenta e sete e quarenta e um centavos) do lucro líquido do exercício de 2015. O valor por ação dos dividendos é de R$0,050 por ação ordinária.

3. **Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído**

A proposta da administração é de distribuir o equivalente a **25%** do lucro líquido do exercício de 2015.

4. **Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores**

Não ocorreu distribuição com base em lucro de exercícios anteriores.

5. **Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

   a. **O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

A proposta da administração é de distribuir **R$ 3.833.547,41** (três milhões, oitocentos e trinta e três mil, quinhentos e quarenta e sete e quarenta e um centavos) equivalente a **R$0,050** por ação ordinária.

b. **A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio**

A forma e o prazo de pagamento dos dividendos serão definidos em Assembleia Geral Ordinária.

c. **Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio**

Não haverá incidência de atualização e juros sobre dividendos.

d. **Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento**

A ser definida na Assembleia Geral Ordinária.

6. **Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**

a. **Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

Não ocorreu declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em períodos intermediários.

b. **Informar a data dos respectivos pagamentos**

Não ocorreu declaração de dividendos ou juros sobre capital com base em períodos intermediários.

7. **Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

a. **Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2013	2014	2015*
Lucro líquido do exercício	199.185	267.670	15.335
Dividendos distribuídos/propostos	173.752	66.917	3.834
Juros sobre capital próprio distribuídos	5.144	-	-
N° de ações ordinárias	77.421.581	77.421.581	77.421.581
Lucro Líquido por ação	2,573	3,457	0,198
Dividendos por ação	2,244	0,864	0,050
Juros sobre capital próprio por ação	0,066	-	-

*Proposta da Administração, ainda a ser objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A Companhia não destinou montante para reserva legal.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

A companhia não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme artigo 202, da Lei 6.404 e no artigo 25 do Estatuto Social, em cada exercício social, os acionistas farão jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia.

b. **Informar se ele está sendo pago integralmente**

O dividendo mínimo obrigatório está sendo pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não houve montante retido.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não ocorreu retenção do dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

d. Justificar a constituição da reserva

Não ocorreu destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não ocorreu destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

Não ocorreu destinação de resultado para reservas estatutárias.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Foram constituídas reservas de retenção de lucro no montante de **R$31.008.038,91** (trinta e um milhões, oito mil, trinta e oito e noventa e um centavos). Este valor é composto pela realização de ajuste de avaliação patrimonial, no montante de R$19.507.396,69 (dezenove milhões, quinhentos e sete mil, trezentos e noventa e seis e sessenta e nove centavos), além da parcela do lucro líquido do exercício deduzido dos dividendos mínimos obrigatórios, equivalente a R$11.501.250,00 (onze milhões, quinhentos e um mil e duzentos e cinquenta).

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Com relação aos investimentos constantes no Orçamento de Capital para o exercício findo em 2015, foram realizados 30,0% abaixo dos valores previstos, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Aplicações Light Energia - 2015 - R$ MIL	Previsto	Realizado	A Realizar
Investimentos em Ativos Geração	**80.480**	**56.332**	**24.148**
Engenharia	39.797	30.587	9.210
Usina	1.286	1.396	(110)
Melhoria da Qualidade	1.961	1.844	117
Meio Ambiente	780	990	(210)
PCH Lajes	36.052	21.051	15.000
Eólicas	428	159	269
Diversos	176	305	(129)
Total	**80.480**	**56.332**	**24.148**

Atendendo ao previsto no parágrafo 2º, do artigo 196, da Lei nº 6.404/76, submete-se a seguinte proposta de Orçamento de Capital consolidado da Light Energia à Assembleia Geral Ordinária para o exercício de 2016, no valor de R$68.490, conforme fontes de financiamento abaixo:

Fontes de Recursos - R$ MIL	**2016**
Retenção de Lucros do Exercício de 2015	31.490
Recursos próprios ou de terceiros	132.990
Total das Fontes de Recursos	**132.990**

A seguir é apresentado o resumo das aplicações do Orçamento de Capital para o exercício de 2016:

Aplicações Light Energia - R$ MIL	2016
Investimentos em Ativos Geração	**68.490**
Engenharia	22.841
Usina	880
Melhoria da Qualidade	2.180
Meio Ambiente	2.116
PCH Lajes	39.841
Eólicas	632
Sub-Total	**68.490**
Aportes	**64.500**
RENOVA	40.000
GUANHÃES	24.500
Total	**132.990**

c. **Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**

d. **Informar o montante destinado à reserva**

e. **Explicar a natureza da destinação**

Não ocorreu destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. **Informar o montante destinado à reserva**

b. **Explicar a natureza da destinação**

Não ocorreu destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

ANEXO III – Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração

12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

a. **nome**
b. **data de nascimento**
c. **profissão**
d. **CPF ou número do passaporte**
e. **cargo eletivo ocupado**
f. **data de eleição**
g. **data da posse**
h. **prazo do mandato**
i. **outros cargos ou funções exercidos no emissor**
j. **indicação se foi eleito pelo controlador ou não**
k. **se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência**
l. **número de mandatos consecutivo**

Membros do Conselho de Administração:											
a. Nome	***b. Data de nascimento***	**c. Profissão**	**d. CPF**	**e. Cargo eletivo a ocupar**	**f. Data da AGO de eleição**	**g. Data da Posse**	**h. Prazo do mandato**	**i. Outros cargos exercidos na Cia.**	**j. Indicado pelo controlador**	**k. Membro independente**	**l. Número de mandatos executivos**
Sérgio Gomes Malta	13/12/1956	Economista e Administrador	606.907.397-53	Conselheiro de Administração Efetivo	28/04/2016	28/04/2016	Até AGO 2018	A ser definido	Sim	Não	Primeiro Mandato
Nelson José Hubner Moreira	16/03/1954	Engenheiro Eletricista	443.875.207-87	Conselheiro de Administração Efetivo	28/04/2016	28/04/2016	Até AGO 2018	A ser definido	Sim	Não	Segundo mandato
Mauro Borges Lemos	23.04.1954	Economista	316.720.516-49	Conselheiro de Administração Efetivo	28/04/2016	28/04/2016	Até AGO 2018	A ser definido	Sim	Não	Primeiro Mandato
Marcello Lignani Siqueira	22/02/1938	Engenheiro Civil	003.753.146-87	Conselheiro de Administração Efetivo	28/04/2016	28/04/2016	Até AGO 2018	A ser definido	Sim	Não	Segundo Mandato
Marco Antônio de Rezende Teixeira	23/09/1956	Advogado	371.515.926-04	Conselheiro de Administração Efetivo	28/04/2016	28/04/2016	Até AGO 2018	A ser definido	Sim	Não	Segundo mandato
Ana Marta Horta Veloso	29/07/1968	Economista	804.818.416-87	Conselheiro de Administração Efetivo	28/04/2016	28/04/2016	Até AGO 2018	Diretora Presidente	Sim	Não	Quarto Mandato
Marcelo Pedreira de Oliveira	17/11/1967	Economista	003.623.457-59	Conselheiro de Administração Efetivo	28/04/2016	28/04/2016	Até AGO 2018	A ser definido	Sim	Não	Quinto Mandato
Edson Rogério da Costa	29/12/1970	Bancário	510.309.260-34	Conselheiro de Administração Efetivo	28/04/2016	28/04/2016	Até AGO 2018	A ser definido	Sim	Não	Segundo Mandato
Carlos Alberto da Cruz	10/09/1950	Engenheiro Eletricista	374.729.257-72	Conselheiro de Administração Efetivo	28/04/2016	28/04/2016	Até AGO 2018	Engenheiro Eletricista Sênior	Não/ Representante dos Empregados	Não	Terceiro Mandato
Samy Kopit Moskovitch	09/01/1962	Economista	432.564.816-04	Conselheiro de Administração Suplente	28/04/2016	28/04/2016	Até AGO 2018	A ser definido	Sim	Não	Segundo Mandato
César Vaz de Melo Fernandes	05/11/1957	Engenheiro Eletricista	299.529.806-04	Conselheiro de Administração Suplente	28/04/2016	28/04/2016	Até AGO 2018	A ser definido	Sim	Não	Quinto Mandato
Eduardo Henrique Campolina Franco	28/07/1976	Administrador de Empresas	034.166.706-47	Conselheiro de Administração Suplente	28/04/2016	28/04/2016	Até AGO 2018	A ser definido	Sim	Não	Segundo Mandato
Daniel Batista da Silva Júnior	28/06/1985	Administrador de Empresas	063.996.266-17	Conselheiro de Administração Suplente	28/04/2016	28/04/2016	Até AGO 2018	A ser definido	Sim	Não	Segundo Mandato
Rogério Sobreira Bezerra	26/07/1965	Economista	429.047.734-87	Conselheiro de Administração suplente	28/04/2016	28/04/2016	Até AGO 2018	A ser definido	Sim	Não	Segundo Mandato
Wagner Delgado Costa Reis	19/06/1960	Engenheiro	369.866.586-72	Conselheiro de Administração suplente	28/04/2016	28/04/2016	Até AGO 2018	A ser definido	Sim	Não	Primeiro
Júlio Cezar Alves de Oliveira	25/06/1956	Advogado	450.306.857-15	Conselheiro de Administração Suplente	28/04/2016	28/04/2016	Até AGO 2018	A ser definido	Sim	Não	Primeiro
Luiz Carlos da Silva Cantídio Júnior	11/07/1958	Administração de Empresas	150.915.381-00	Conselheiro de Administração Suplente	28/04/2016	28/04/2016	Até AGO 2018	A ser definido	Sim	Não	Quarto Mandato
Magno dos Santos Filho	06/11/1963	Operador de Subestção	891.944.467-68	Conselheiro de Administração Suplente	28/04/2016	28/04/2016	Até AGO de 2018	A ser definido	Sim	Não	Terceiro Mandato

m. informações sobre:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- **nome e setor da atividade da empresa**
- **cargo**
- **se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor**

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor

Conselho de Administração:

Membros Efetivos

Sérgio Gomes Malta

Graduado em Administração Publica na Escola Brasileira de Administração Publica da Fundação Getulio Vargas, em Dezembro de 1978. Mestre em Economia Industrial no Instituto de Desenvolvimento Econômico e Industrio – IEDES, da Universidade de Paria I – Sorbonne, em 1980.. Atualmente é Presidente do Sindicato Interestadual das Indústrias de Energia Elétrica, Membro do Conselho de Energia da Associação Comercial do Rio de Janeiro - ACRJ, Membro do Conselho de Administração da FIRJAN, e do Conselho da Bolt Energias, Diretor da Sociedade Nacional de Agricultura – SNA e do Conselho de Administração da Câmara de Comércio França-Brasil. É conselheiro da Bolt Energias, desde 2013.

Nelson José Hubner Moreira

Graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal Fluminense e pós-graduado em Matemática pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília. Foi Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por 4 anos, durante o período de 2009 a 2013. Atuou como Ministro no Ministério das Minas e Energia, durante os anos de 2007 e 2008.

Mauro Borges lemos

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais e com Pós – Doutorado pela Universite de Paris XI (Paris-Sud), UP. XI, França e pela University of Illinois, Estados Unidos. Desde janeiro de 2015 ocupa o cargo de Diretor Presidente da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig, da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., além de ser Vice- Presidente do Conselho de Administração das Companhias acima descritas. Foi Ministro do Ministério do Desenvolvimento Industria e Comercio Exterior entre fevereiro de 2014 a janeiro de 2015 e foi Presidente da Agencia Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI de 2011 a 2014.

Marcello Lignani Siqueira

Graduado em Engenharia Civil e Eletrônica pela Universidade Federal de Juiz de Fora/MG. Exerceu, nos anos de 1999 a 2012, o cargo de Presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais, e foi Presidente da Companhia Municipal de Saneamento de Juiz de Fora de 1995 a 1998. Tornou-se Deputado Federal por Minas Gerais no período entre 2003 e 2007. Entre 2007 a 2011, atuou como Diretor de Administração e Finanças da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais.

Marco Antônio de Rezende Teixeira

Graduado em Direito, desde 1983 é empregado da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), lotado na cidade de Belo Horizonte. Entre 1993 e 1996 atuou como Diretor Jurídico da Superintendência de Desenvolvimento da Capital e entre 1997 a 2012 como Procurador Geral do Município de Belo Horizonte.

Ana Marta Horta Veloso

Graduada em economia pela UFMG e Mestre em Economia Industrial pela UFRJ, desde dezembro de 2015, a Sra. Ana Marta é Diretora Presidente da Light S.A., Light S.E.S.A e Light Energia S.A. Com vasta experiência corporativa, previamente, a Sra. Ana Veloso atuou como Diretora Estatutária da Equatorial Energia (2008 a nov/2015), Executiva do Banco Pactual (2006 a 2008) e na área de mercados de capitais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (1992 a 2006). A Sra. Ana Marta Veloso integrou também Conselhos de Administração de diversas empresas, tais como: Acesita S.A., Vale S.A., Klabin S.A., Net Serviços de Comunicação S.A., Light S.A. (2006 a 2011 e 2015), Equatorial Energia S.A. (2006 a 2008), Cemar S.A. (2006 - 2015), e Celpa S.A. (2012-2015).

Edson Rogério da Costa

Graduado em Ciências Contábeis pela UniCEUB, possui com MBA em Finanças pela FIPECAFI/USP e MBA em Liderança Estratégica pela INEPAD/UNISINOS. Ocupa o cargo de Diretor de *Corporate Bank* do Banco do Brasil S.A. No período entre junho de 2009 a junho de 2011 foi Superintendente Centro Norte das agências do segmento Middle Market do Banco do Brasil. No período entre junho de 2011 a fevereiro de 2012 ocupou o cargo de Superintendnte Corporate das agências Corporate do Banco do Brasil em todo território Nacional. Foi ainda, no período de fevereiro de 2012 a fevereiro de 2014, Gerente Geral da Unidade de Governança de empresas investidas pelo Banco do Brasil S.A.

Marcelo Pedreira de Oliveira

Graduado em Economia pela Faculdade Candido Mendes, possui MBA em Finanças pelo IBMEC, e desde 2006 trabalha no Grupo FIP Brasil Energia. No período de 1997 a 2004 foi Diretor da SEB e Assistente do Vice-Presidente da CEMIG. Foi Presidente da Eletronet, empresa de Infovias, e da Way Brasil Telecomunicações, além de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Eletronet S.A. e do Consórcio da Usina Hidrelétrica de Aimorés. É membro efetivo do Conselho de Administração das seguintes empresas: Cemig, Eletronet, Way Brasil, Consórcio Aimorés, AES Communications Rio, Intesa, Tevisa e PCH Rio do Braço e Presidente do Conselho Fiscal da Eletropaulo.

Carlos Alberto da Cruz – Indicação dos empregados

Graduado em Engenharia Elétrica na Universidade Veiga de Almeida, possui 35 anos de experiência em Sistemas Elétricos de Potência. Foi responsável pelo acompanhamento de diversos projetos da Gerência de Projetos e Construção de Subestações e Linhas de Transmissão. É auditor líder ambiental no processo de Certificação dos sites da Light (SGA). Atualmente é Engenheiro Senior de Campo da Gerência de Projetos e Construção de subestações da Light. Diretor do Sindicato dos Engenheiros há quatro mandatos.

Membros Suplentes

Samy Kopit Moscovitch

Samy Kopit é graduado em economia e mestre em Geografia formado pela Universidade Federal de Minas Gerais. Possui extensa experiência profissional junto a órgãos da administração pública direta, indireta e em empresas, dentre as quais destacam-se: Diretoria de informações técnicas da Prefeitura de Belo Horizonte; Especialista em competitividade setorial da Agencia Brasileira de Desenvolvimento Industrial (licenciado); Assessor da Diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Presidente da Retiro Baixo Energia; Assessor da Presidência da Companhia Energética do Estado de Minas Gerais (CEMIG). Conselheiro suplente nas seguintes empresas: CEMIG; Light S.A., Light SESA e Light Energia S.A. e GASMIG.

César Vaz de Melo Fernandes

Graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais, possui MBA em Finanças e Gestão de Negócios, ambos pelo IBMEC e atualmente trabalha como superintendente de Desenvolvimento de Negócios da CEMIG. No período de 2005 a 2007 atuou como Diretor de Construção em Furnas. Atuou, no período de 2003 a 2005, como superintendente de Distribuição da Região Metropolitana na CEMIG.

Eduardo Henrique Campolina Franco

O Sr. Eduardo Henrique Campolina Franco é graduado em Administração de Empresas e possui *Pós-Graduação – MBA Executivo, Projetos e Finanças e Controladoria. Atualmente* O Sr. Eduardo Henrique Campolina Franco exerce, o cargo de Gerente de Planejamento Corporativo e Orçamento da CEMIG Distribuição S.A. Anteriormente exerceu, até abril de 2014, o cargo de Gerente de Análise e Acompanhamento de Projetos na mesma Companhia.

Daniel Batista da Silva Júnior

Graduado em Administração de Empresas com habilitação em Comércio Exterior pela UNA, possui MBA em Gestão Estratégica de Finanças Corporativas pela UNA. Desde fevereiro/2015 é Assessor da Presidência da GASMIG - Companhia de Gás de Minas Gerais. Foi Assessor na Superintendência Executiva do Grupo Santander Brasil S.A., no período de outubro 2007 a janeiro de 2014. Atuou ainda como Gerente de Investimentos

do Banco Itaú Unibanco S.A., companhia do setor financeiro, no período de janeiro de 2014 a fevereiro de 2015.

Rogério Sobreira Bezerra

Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ocupa, desde 2013, o cargo de Vice-Diretor da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas. Entre 2002 e 2012 atuou como professor e pesquisador de finanças da Escola de Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas.

Wagner Delgado Costa Reis

Graduado em Engenharia Elétrica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, com especialização em sistemas de automação pela UFMG e MBA em Gestão de Negócios pela Fundação Getúlio Vargas, fez carreira na Companhia Energética de Minas Gerais e ocupa, desde 2015, função na Diretoria de Novos Negócios da CEMIG. Atuou, entre 2012 a 2015 como Superintendente de Recursos Humanos, além de função anterior como Superintendente de Suprimentos.

Júlio Cezar Alves de Oliveira

Graduado em Direito pelo Centro Superior de Ciências Sociais de Vila Velha ES, com diversas especializações em Gestão e Finanças Empresariais na Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, no período de 1997 a 2000. ocupa o cargo de Vice Presidente de Governo do Banco do Brasil S.A. Foi Diretor Geral do Grupo Segurador Banco do Brasil e Mapfre (no período de 2011 a 2014), Presidente da Aliança do Brasil Seguros (no período mar/2011 a out/2011), Presidente da Brasilveículos Companhia de Seguros (no período 2007 a 2011), membro titular do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (2007), Diretor Representante da Brasilveículos na FENSEG - Federação Nacional de Seguros Gerais (2007) e Diretor do Banco Popular do Brasil (no período 2003 a 2006).

Luiz Carlos da Silva Cantídio Júnior

Graduado em Administração pelo CCNY – *City College of New York, Baruch College*, NY, EUA. Atualmente, responde pela área de *Equity Investments*, e é Diretor Presidente da Santander Participações S.A. Em meados de 1999,

tornou-se Vice Presidente do Santander, e foi responsável pela área comercial do Banco de Atacado e pelo *Corporate & Investment Banking* até 2009.

Magno dos Santos Filho - Indicação dos empregados.

Iniciou suas atividades no Centro de Aprendizes de Ofícios nas instalações do complexo de oficinas de Triagem em 1978. Exerceu atividades de Operador de Subestações na Light Serviços de Eletricidade S.A. até 1994, quando foi eleito Diretor do Sindicato dos Urbanitários, sendo liberado pela empresa para exercer as atividades sindicais. Em 2002 assume a Presidência do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia do Rio de Janeiro e Região - Sintergia por dois mandatos. Em junho de 2009, assume a Secretaria Geral da Federação dos Urbanitários, continuando como Diretor de Formação do Sintergia.

n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Membros do Conselho de Administração

Todos os senhores indicados para membros do Conselho de Administração, mencionados no item 12.5 acima, declararam, individualmente, para todos os fins de direto que, nos últimos 5 anos, não estiveram sujeitos aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Conselho de Administração	**Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse**	**% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse**
Nelson José Hubner Moreira	29	100,00%
Fernando Henrique Schuffner Neto	45	31,10%
Marcello Lignani Siqueira	29	58,62%
Marco Antonio de Rezende Teixeira	29	73,91%
Ana Marta Horta Veloso	29	73,91%
Marcelo Pedreira de Oliveira	45	91,10%
Carlos Alberto da Cruz	45	95,30%
Samy Kopit Moskovitch	29	96,55%
Cesar Vaz de Melo Fernandes	45	66,60%
Eduardo Henrique Campolina	23	78,26%
Daniel Batista da Silva Júnior	23	33,26%
Rogério Sobreira Bezerra	29	41,37%
José Augusto Gomes Campos	45	95,30%
Edson Rogério da Costa	29	31,03%
Luíz Carlos da Silva Cantídio Júnior Giles Carriconde Azevedo	18 29	72,20% 58,62%
Marcos Ricardo Lot	23	34,78%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

A Companhia não possui comitês estatutários.

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco,

financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários[2], informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

A Companhia não possui comitês estatutários.

12.13. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há.

[2] As informações prestadas neste item devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.

ANEXO IV – Fixar a remuneração anual global dos administradores

Para o exercício social de 2016 (período de janeiro a dezembro), a Companhia apresentou, em Reunião do Conselho de Administração de 28 de março de 2016, a proposta de remuneração anual global dos Administradores da Light S.E.S.A. no valor total de R$1.523.005,00 (vinte milhões, duzentos e noventa e um mil, seiscentos e cinquenta e dois reais).

Proposta 2016	**Light Energia**
Conselho de Administração	235.303
Diretoria Estatutária	1.287.702
Total	**1.523.005**

A Companhia disponibiliza a seguir tabela sumária com o montante anual consolidado, segregado por órgão, apresentando (i) os valores aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 10 de abril de 2015, e (ii) os valores realizados, conforme divulgados nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e a serem aprovados em Assembleia Geral Ordinária dia 28 de abril de 2016.

2015 - Real x Proposto	**Proposta AGO 2015**	**Realizado 2015**	**Diferença**
Conselho de Administração	260.116	166.844	-93.272
Diretoria Estatutária	1.061.230	1.356.748	295.518
Total	**1.321.346**	**1.523.592**	**202.246**

O valor realizado acima do aprovado na AGO 2015 é justificado principalmente por: rescisões não previstas, compensadas por conselheiros não remunerados.

A seguir, a Companhia também disponibiliza tabela com o montante anual consolidado, segregado por órgão, apresentando (i) os valores aprovados na

Assembleia Geral Ordinária realizada em 10 de abril de 2015, e (ii) os valores propostos para o exercício social de 2016, a serem aprovados em Assembleia Geral dia 28 de abril de 2016.

Proposta 2015 x 2016	Proposta AGO 2015	Proposta AGO 2016	Diferença
Conselho de Administração	260.116	235.303	-24.813
Diretoria Estatutária	1.061.230	1.287.702	226.472
Total	**1.321.346**	**1.523.005**	**226.472**

O valor proposto para o exercício social de 2016 é 15,3% superior a proposta aprovada na AGO de 2015, justificado principalmente por: (i) reajuste pela inflação; e (ii) duas rescisões já consideradas no início de 2016.

13.2 – Remuneração total por órgão reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal [3]:

Remuneração total prevista para o exercício social corrente:

[3] As informações sobre a política de remuneração devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.

2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	10	5	15
Número de membros remunerados	10	5	**15**
Remuneração fixa anual	**235.303**	**698.583**	**933.886**
Salário ou Pro Labore	196.086	452.906	648.992
Benefícios diretos ou indiretos	0	63.337	63.337
Participações em comitês	[0,00]	[0,00]	0
Outros (encargos)	39.217	182.339	221.556
Descrição de outras remunerações fixas			
Remuneração variável	0	**492.603**	**492.603**
Bônus	[0,00]	384.846	384.846
Participação de resultados	[0,00]	[0,00]	0
Participação em reuniões	[0,00]	[0,00]	0
Comissões	[0,00]	[0,00]	0
Outros (encargos)	[0,00]	107.757	107.757
Descrição de outras remunerações variáveis	[0,00]	[0,00]	0
Pós emprego	[0,00]	[0,00]	[0,00]
Cessação do cargo	[0,00]	**96.516**	**96.516**
Baseada em ações	[0,00]	[0,00]	0
Observação	O número de membros deste órgão equivale á média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM.	O número de membros deste órgão equivale á média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM.	
Total da remuneração	**235.303**	**1.287.702**	**1.523.005**

Remuneração total realizada no exercício social 2015:

2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	15	5	20
Nº de membros remunerados	14,17	5	**19,00**
Remuneração fixa anual	**166.844**	**607.834**	**774.679**
Salário ou Pro Labore	139.037	390.865	529.902
Benefícios diretos ou indiretos	0	12.403	12.403
Participações em comitês	[0,00]	[0,00]	0
Outros (encargos)	27.807	204.567	232.374
Descrição de outras remunerações fixas			
Remuneração variável	0	**412.422**	**412.422**
Bônus	[0,00]	322.205	322.205
Participação de resultados	[0,00]	[0,00]	0
Participação em reuniões	[0,00]	[0,00]	0
Comissões	[0,00]	[0,00]	0
Outros (encargos)	[0,00]	90.217	90.217
Descrição de outras remunerações variáveis	[0,00]	[0,00]	0
Pós emprego	[0,00]	[0,00]	[0,00]
Cessação do cargo	[0,00]	**336.491**	**336.491**
Baseada em ações	[0,00]	[0,00]	0
Observação	O número de membros deste órgão equivale á média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM.	O número de membros deste órgão equivale á média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM.	
Total da remuneração	**166.844**	**1.356.748**	**1.523.593**

Remuneração total realizada no exercício social 2014:

2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº de membros	**17,92**	**5,00**	**22,92**
Nº de membros remunerados	13,33	4,00	**19,17**
Remuneração fixa anual	**151.072**	**408.511**	**559.583**
Salário ou Pro Labore	125.940	310.562	436.502
Benefícios diretos ou indiretos	[0,00]	10.992	10.992
Participações em comitês	[0,00]	[0,00]	[0,00]
Outros (encargos)	25.132	86.957	112.089
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se a encargos sociais.	Refere-se a encargos sociais.	Refere-se a encargos sociais.
Remuneração variável	[0,00]	**289.642**	**289.642**
Bônus	[0,00]	226.283	226.283
Participação de resultados	[0,00]	[0,00]	[0,00]
Participação em reuniões	[0,00]	[0,00]	[0,00]
Comissões	[0,00]	[0,00]	[0,00]
Outros (encargos)	[0,00]	63.359	63.359
Descrição de outras remunerações variáveis	[0,00]	[0,00]	[0,00]
Pós emprego	[0,00]	[0,00]	[0,00]
Cessação do cargo	[0,00]	[0,00]	[0,00]
Baseada em ações	[0,00]	[0,00]	[0,00]
Observação	O número de membros deste órgão equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM.	O número de membros deste órgão equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM.	
Total da remuneração	**151.072**	**698.154**	**849.225**

Remuneração total realizada no exercício social 2013:

2013	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	18,58	**4,00**	22,58
Número de membros remunerados	11,50	**5,25**	**19,00**
Remuneração fixa anual	122.158	**371.101**	**493.259**
Salário ou Pro Labore	101.799	286.136	387.934
Benefícios diretos ou indiretos	[0,00]	4.847	4.847
Participações em comitês	[0,00]	[0,00]	[0,00]
Outros	20.360	80.118	100.478
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se a encargos sociais.	Refere-se a encargos sociais.	Refere-se a encargos sociais
Remuneração variável	[0,00]	**820.895**	**820.895**
Bônus	[0,00]	641.324	641.324
Participação de resultados	[0,00]	[0,00]	[0,00]
Participação em reuniões	[0,00]	[0,00]	[0,00]
Comissões	[0,00]	[0,00]	[0,00]
Outros	[0,00]	179.571	179.571
Descrição de outras remunerações variáveis	**Refere-se a encargos sociais.**		
Pós emprego	[0,00]	[0,00]	[0,00]
Cessação do cargo	[0,00]	[0,00]	[0,00]
Baseada em ações	[0,00]	[0,00]	[0,00]
Observação	O número de membros deste órgão equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM.	O número de membros deste órgão equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM.	
Total Geral	**122.158**	**1.191.995**	**1.314.154**

13.7 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

2015: Não houve
2014: Não houve
2013: Não houve

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor

referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

2015: Não houve
2014: Não houve
2013: Não houve

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

2015: Não houve
2014: Não houve
2013: Não houve

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não Há.